



**“A ALCA (AINDA) NÃO
FALECEU: ALTERNATIVAS
REAIS PARA A AMÉRICA
LATINA E CARIBE”**

Marcelo Dias Carcanholo
Luiz Filgueiras
Eduardo Costa Pinto

*TD. Mestrado em Economia Aplicada
FEA/UFJF 014/2008*

Juiz de Fora

2008

A ALCA (AINDA) NÃO FALECEU: ALTERNATIVAS REAIS PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE

Marcelo Dias Carcanholo¹
Luiz Filgueiras²
Eduardo Costa Pinto³

O processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) está emperrado desde a Reunião da Cúpula das Américas em Mar Del Plata em 2005. A resistência ao projeto reflete interesses de governos e de frações das burguesias dos países envolvidos, principalmente os sul-americanos. No entanto, também merecem ser destacados os esforços de distintos movimentos sociais na denúncia e resistência a mais este projeto de aprofundamento das reformas neoliberais na região.

O presente trabalho tem como objetivo central examinar, à luz da economia política do desenvolvimento, as perspectivas do processo de integração regional na América Latina, em geral, e algumas questões, em particular. No conjunto destas questões, destacam-se: Qual é o destino final da ALCA? Quais são as alternativas para a América Latina? Que formas de integração regional superam meramente os aspectos comercial, produtivo, tecnológico e financeiro que apenas beneficiam frações das burguesias locais? Como realizar a verdadeira integração dos povos da região? Para tal intento faz-se antes necessário realizarmos, de forma estilizada, uma retrospectiva – da implementação e dos resultados das estratégias neoliberais – e uma perspectiva – dadas as mudanças recentes da economia mundial – do atual padrão de desenvolvimento da periferia latino-americana, aqui denominado de “modelo liberal-periférico” (MLP), já que a análise dos possíveis rumos tomados pelo processo de integração regional (ALCA, MERCOSUL, ALBA, etc.) requer uma compreensão das características do atual modelo para que, inclusive, possamos delimitar se as possíveis estratégias de integração representam uma alternativa real ao MLP ou não passam de uma variante conjuntural do mesmo.

1. Modelo Liberal-Periférico e abertura externa na América Latina: retrospectiva e perspectivas

Na América Latina a implementação das reformas neoliberais ocorreu, pioneiramente, no Cone Sul, ainda nos anos 70 do século passado, e de forma mais

¹ Professor Adjunto de Economia da Universidade Federal Fluminense, mdcarc@uol.com.br.

² Professor Associado de Economia da Universidade Federal da Bahia, luizmfil@gmail.com.

³ Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, eduardopintobr@yahoo.com.br.

extensiva e hegemônica, na década de 1990, nos marcos do Consenso de Washington.⁴ No conjunto das reformas, o processo de abertura externa – comercial, produtiva e financeira – era um de seus principais componentes, já que supostamente potencializaria, para os países da região, o financiamento do crescimento, pela via da poupança externa, e uma inserção no comércio internacional mais qualificada. Prometia-se que, com essa abertura, as economias da região conseguiriam sustentar a retomada do crescimento econômico, assim como redistribuir mais equanimemente o resultado desse crescimento.

Os defensores do modelo liberal já afirmavam, muito antes dos anos 1990, que os países em desenvolvimento, devido à escassez de poupança interna, não conseguem crescer de forma sustentada. Daí a recomendação de políticas de crescimento com poupança externa e abertura da conta de capital. Desse modo, a entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) seria de fundamental importância para modernizar as economias latino-americanas, inserindo-as competitivamente na globalização. A abertura comercial, por seu turno, imporá uma maior concorrência às empresas locais, forçando-as a elevarem sua produtividade e, conseqüentemente, a se modernizarem, permitindo, assim, a inserção mais competitiva no sistema mundial de comércio. A expectativa era de que ocorresse uma mudança significativa nas bases produtivas dos países, que se tornariam mais especializadas e com maior conteúdo tecnológico.

Assim, segundo a visão tradicional da ortodoxia, a poupança externa e a abertura comercial permitiram a modernização das empresas locais, o equilíbrio do balanço de pagamentos e o crescimento econômico. No entanto, após quase duas décadas de abertura comercial e financeira, não houve reconfiguração do padrão de inserção comercial dos países da América Latina e os países da região continuam com desempenho relativamente fraco quanto ao crescimento econômico.

Entretanto, a abertura provocou mudanças no aparelho produtivo. No caso específico do Brasil, mas que pode ser generalizado, em certa medida, para os países latino-americanos, cabe destacar dois fatos (i) as estratégias adotadas pelas empresas multinacionais – a partir de decisões de suas matrizes –, ao fragmentar suas cadeias produtivas globalmente, reservaram aos países da região a condição de importadores de

⁴ A maioria dos países da região adotou, se bem que seletivamente e com diferentes graus de intensidade, as reformas neoliberais que se constituíram, sinteticamente, em: privatizações e desregulamentações; flexibilização do mercado de trabalho; diminuição do papel do Estado; e abertura comercial e financeira.

equipamentos e componentes com maior tecnologia. Isto implicou que parte importante do impulso dinâmico dos investimentos fosse direcionada para o exterior, reforçando o padrão de inserção já existente ou mesmo tornando-o ainda mais regressivo do ponto de vista tecnológico; (2) a política macroeconômica adotada, desde a implementação do Plano Real – ou dos planos de estabilização correlatos implementados em quase todos os países da região –, de juros elevados e câmbio valorizado, encareceu a produção local de equipamentos e componentes mais sofisticados, quando comparada a outras regiões do mundo. De outro lado, a modernização e o aumento de produtividade das empresas locais reforçou a mesma estrutura industrial-produtiva já existente, intensiva em recursos naturais, trabalho e de baixo conteúdo tecnológico.

Na verdade, a liberalização produtiva, comercial e financeira, aprofundada durante a década de 1990, juntamente com a reestruturação produtiva e as mudanças nos modos de intervenção do Estado, geraram o que se pode chamar de “modelo liberal-periférico” (MLP) para os principais países da região – apesar das diferenças importantes existentes na estrutura e dinâmica de cada um.⁵

O MLP é um novo padrão de produção e acumulação de capital que se constituiu a partir de profundas alterações nas relações capital-trabalho e nas relações inter-capitalistas. Neste modelo, houve o enfraquecimento das forças políticas do trabalho (em especial os sindicatos) em decorrência do desemprego em massa, o que ampliou ainda mais a superexploração do trabalho, que é característica marcante do capitalismo periférico.⁶ Por outro lado, houve a redefinição da importância das distintas frações do capital nos respectivos blocos de poder dominante, com o predomínio dos segmentos financeiro e exportador.

O MLP também implicou o aumento da vulnerabilidade externa estrutural da região. Isto ocorreu em função da especialização produtiva e exportadora cada vez mais centrada em *commodities* e produtos industriais de baixa e médio-baixa intensidade

⁵ Os fatos mencionados aplicam-se, principalmente, à Argentina, Brasil e México, países que mais avançaram no modelo de substituição de importações.

⁶ A superexploração do trabalho é a característica de formações sociais em que a dinâmica de acumulação capitalista é fundada principalmente “na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2000, p. 125). Com isso, verifica-se uma tendência de queda permanente dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor que pode se manifestar de três maneiras, a saber: i) aumento da jornada de trabalho sem a elevação dos preços da força de trabalho correspondente ao seu maior emprego; ii) aumento da intensidade de trabalho sem a equivalência salarial correspondente ao seu maior desgaste; e iii) a redução do fundo de consumo do trabalhador além do seu limite normal (MARTINS, 1999).

tecnológica, com baixo valor agregado.⁷ Assistiu-se, assim, a um processo de re-primarização do comércio exterior da América Latina.

A ampliação da vulnerabilidade externa estrutural expressa, em boa medida, o aprofundamento da dependência estrutural da região.⁸ Este aprofundamento representa, no plano analítico da teoria do valor trabalho de Marx, uma maior apropriação do valor produzido na região por capitais que acumulam valor excedente no centro do sistema capitalista. Em outras palavras, o aumento da dependência significa a ampliação do intercâmbio desigual a favor do centro em detrimento da periferia por meios dos “mecanismos de transferência de valor, fundados seja na produtividade, seja no monopólio de produção” (MARINI, 2000, p. 121).⁹

Mais recentemente, a vulnerabilidade externa conjuntural reduziu-se em virtude da fase ascendente de ciclo internacional de acumulação iniciado em 2003, que, entretanto, já dá sinais de esgotamento. O *boom* do comércio e de liquidez internacional trouxe resultados positivos para a balança comercial, a produção e o emprego dos distintos países: saldos comerciais positivos, maiores taxas de crescimento do PIB e menores taxas de desemprego.

Entretanto do ponto de vista estrutural, de longo prazo, o MLP tem se caracterizado por grande instabilidade em sua dinâmica macroeconômica, com

⁷ A vulnerabilidade externa estrutural é fruto das mudanças relativas ao padrão de comércio, da eficiência do aparelho produtivo, do dinamismo tecnológico e da robustez do sistema financeiro nacional. Ela é determinada, principalmente, pelos processos de desregulação e liberalização nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira das relações econômicas internacionais do país. Assim, a vulnerabilidade externa estrutural é, fundamentalmente, um fenômeno de longo prazo; por isso, estrutural (Gonçalves, Carcanholo, Filgueiras e Pinto, 2008).

⁸ A dependência estrutural é a condição em que o crescimento econômico e a estrutura socioeconômica de um país ou de uma região são determinados, em grande medida, pelas relações comercial, financeira e tecnológica de outros países ou região. Em outras palavras, “a dependência descreve uma situação na qual uma região ou país se insere num espaço de circulação de mercadorias em que a maior parte do crescimento da composição técnica do capital origina-se de inovações estruturais introduzidas ou geradas por capitais estrangeiros” (MARINI *apud* Martins, 1999, p. 6).

⁹ No plano teórico, segundo uma lei de tendência, o intercâmbio entre duas mercadorias distintas expressa a troca entre equivalentes, que é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário para (re) produzir as mercadorias. No entanto, como a mesma mercadoria é produzida com distintos valores individuais, por capitais específicos, e vendida pelo valor de mercado, na prática, verifica-se a existência de apropriações distintas do valor produzido. Isso, do ponto de vista da concorrência intra e entre mercados reflete as formas distintas como se fixam os preços de mercado e de produção das mercadorias em determinados países ou regiões. A transferência de valor pode ocorrer em transações tanto entre países industriais quanto entre países industriais e produtores de matéria-prima. Na primeira situação, a lei do valor se manifesta quando um país apresenta preços de produção inferiores aos seus concorrentes, em virtude de sua maior produtividade do trabalho, sem que isto gere uma redução significativa do preço de mercado. Com isso, esse país obterá lucros extraordinários (MARINI, 2000). Na situação de transações entre países industriais e produtores de matérias-primas, o simples fato de que determinados países podem produzir bens que outros não produzem, possibilita-se aos primeiros algum grau de manobra na estipulação de um preço de mercado acima dos valores, o que, considerando a troca internacional com

sucessivas crises cambial-financeiras, que impactaram negativamente o balanço de pagamentos, a dívida externa, a dívida pública, a produção, o emprego e a distribuição de renda de todos os países da região. Essa instabilidade decorre diretamente da nova forma de inserção comercial, produtiva e financeira da região no processo de mundialização do capital. A abertura financeira, com total liberdade de movimento de capitais, só pode ser sustentada com grandes superávits na balança comercial que compensem os déficits estruturais da balança de serviços. Estes superávits, contudo, dependem de uma demanda internacional crescente por *commodities* e produtos de baixa intensidade tecnológica.

Em suma, aos primeiros sinais de desaceleração do comércio internacional, a vulnerabilidade externa torna-se crítica e a instabilidade macroeconômica se aprofunda. O ajuste ortodoxo se faz com a adoção de políticas econômicas (taxas de juros elevadas e maiores superávits fiscais) que restringem a produção e o emprego. A abertura externa, tal como configurada no novo padrão de acumulação, tem uma natureza profundamente desestabilizadora – ao contrário de se constituir em um apoio adicional para o desenvolvimento sustentado da região, que caminha permanentemente num fio de navalha entre estabilidade e instabilidade.

1.1 Os resultados da estratégia neoliberal na América Latina

A perspectiva ortodoxa que defende a constituição e aprofundamento do MLP constitui o embasamento teórico-ideológico das reformas estruturais neoliberais, implementadas na região pioneiramente nos anos 70 (Chile, Argentina, Uruguai), mas de maneira mais extensiva e, em muitos dos casos, intensiva, nos anos 90 do século passado. A promessa era de retomada dos investimentos, crescimento, melhora no perfil distributivo e na estrutura do mercado de trabalho. Em suma, vendeu-se o acesso da periferia ao tão sonhado desenvolvimento econômico. O que se viu? A promessa foi cumprida? O tão propalado desenvolvimento não se configurou. Muito pelo contrário, a América Latina, na verdade, vivenciou um período de baixo crescimento econômico, marcado por graves crises econômicas e sociais que ampliaram ainda mais o desemprego, a desigualdade e a miséria da região, já marcada, desde sua formação histórica, por um legado de concentração de riquezas e de mazelas sociais característico da dinâmica de acumulação do capitalismo dependente.

outros produtos, configura um intercâmbio desigual, de forma que economias desfavorecidas transferem gratuitamente parte do valor que produzem.

A restrição externa ao crescimento das economias da região, característica aprofundada pelas reformas neoliberais, foi o grande problema do período. A abertura externa – comercial e financeira – aprofundou os desequilíbrios de estoque (dívida externa, pública, passivo externo) e fluxo (renda líquida enviada ao exterior, serviço da dívida interna), impedindo o crescimento da economia.

Contrariando todas as promessas do discurso político-ideológico, o desempenho macroeconômico da América Latina em seu período neoliberal é um fiasco. Isto pode ser verificado a partir da Tabela 1 que mostra as taxas de crescimento das principais economias latino-americanas ao longo do período entre 1971 e 2004. Considerando o período mais intenso das reformas neoliberais como sendo entre 1990-2004, percebe-se que a taxa de crescimento média no período (2,6%) é muito inferior à observada entre 1971-1980 (5,6%). O resultado do período neoliberal, amplamente apoiado na abertura externa só não foi pior do que o obtido entre 1981-1989 (1,3%), justamente a década perdida.

Tabela 1: taxas de crescimento do PIB da América Latina, 1971-2004 (%)

| | 1971-80 | 1981-89 | 1990-97 | 1998-03 | 2004 | 1990-04 |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------|----------------|
| Argentina | 2,8 | -1,0 | 5,0 | -1,4 | 9,0 | 2,6 |
| Brasil | 8,6 | 2,3 | 2,0 | 1,2 | 5,2 | 2,0 |
| Chile | 2,5 | 2,8 | 7, | 2,7 | 6,0 | 5,2 |
| Colômbia | 5,4 | 3,7 | 3,9 | 1,0 | 3,5 | 2,8 |
| México | 6,5 | 1,4 | 3,1 | 2,8 | 4,4 | 3,1 |
| Peru | 3,9 | -0,7 | 3,9 | 2,0 | 5,1 | 3,2 |
| Uruguai | 2,7 | 0,4 | 3,9 | -2,5 | 11,8 | 1,8 |
| Venezuela | 1,8 | -0,3 | 3,8 | -2,8 | 17,3 | 1,9 |
| América Latina | | | | | | |
| - Total | 5,6 | 1,3 | 3,2 | 1,2 | 5,8 | 2,6 |
| - Por habitante | 3,0 | -0,8 | 1,4 | -0,4 | 4,2 | 0,9 |
| - Por trabalhador | 1,7 | -1,5 | 0,5 | -1,2 | 3,4 | 0,0 |

Fonte: Ffrench-Davis (2005, p.20)

Deve-se ressaltar que o desempenho ainda foi pior entre 1998-2003 (1,2%), época de maior concentração das diversas crises cambiais e de balanço de pagamentos em várias economias da região, em razão da vulnerabilidade externa gerada pelas estratégias neoliberais. Observando o crescimento do PIB per capita entre 1990-2004 evidencia-se a mediocridade do desempenho (0,9%). Se observado o crescimento do PIB por trabalhador, um indicador de produtividade, o resultado é inegável: a produtividade da região no período ficou estagnada.

Do ponto de vista de indicadores sociais a conclusão não é diferente do fiasco macroeconômico (a Tabela 2 mostra alguns desses indicadores). Em termos de percentual da população que se encontra em uma situação de pobreza, nota-se que, em 1980, 40,5% dessa população estava nessa situação. No início da década seguinte esse indicador atingiu 48,3%, após um período de estagflação decorrente da crise da dívida externa que atingiu toda a região. Em 2004, devido, sobretudo, à redução da inflação em toda a região, a proporção de pobres reduziu-se para 42,9% da população total. Mas esse percentual, em que pese todas as promessas de inclusão social pós-reformas, continuava acima do nível alcançado pelo indicador antes do início da crise¹⁰.

Tabela 2: Indicadores sociais da América Latina, 1980-2004

| Ano | PIB per capita (US\$ de 1995) | Pobreza (% da população) | Salário real médio (1995=100) | Taxa de desemprego (% da força de trabalho) |
|------|-------------------------------|--------------------------|-------------------------------|---|
| 1980 | 3.687 | 40,5 | 102,7 | 7,7 |
| 1990 | 3.345 | 48,3 | 96,2 | 7,3 |
| 2004 | 3.913 | 42,9 | 96,8 | 10,0 |

Fonte: French-Davis (2005, p.20).

Em termos de salário real médio, observa-se que o poder de compra dos salários em 2004 não chega nem ao patamar do que foi observado em 1980. Quanto à taxa de desemprego, 10% da população latino-americana estava desempregada em 2004, frente a 7,3% em 1990 e 7,7% em 1980 (Tabela 2). Fica evidente que, durante o período neoliberal, a acumulação capitalista latino-americana, com sua dinâmica complexificada pela dependência da região em relação à lógica mundial, impactou uma massa crescente de desempregados¹¹.

1.2 A economia mundial e o novo cenário externo para a região

Se as reformas neoliberais dos anos 90 aprofundaram o caráter dependente das economias da região, o que o século XXI nos reservou, ao menos neste seu breve início? Será que a fase ascendente do ciclo econômico mundial, iniciado em 2003, continuará? Quais foram os impactos do crescimento mundial recente sobre a América

¹⁰ Alguns autores neoliberais mais cínicos defendem que é preciso esperar um tempo para maturação das reformas e, portanto, a redução da pobreza só ocorreria com mais tempo. Nesse meio termo, propõe-se o avanço das reformas e a intensificação das já realizadas. Baer e Maloney (1997) fazem exatamente isso. Que duas décadas de neoliberalismo não tenham sido suficientes para obter os resultados prometidos nos traz diretamente a pergunta: será que estaríamos vivos para assistir esse tal prazo de maturação?

Latina? Quais serão os possíveis impactos sobre a região caso haja forte reversão do ciclo econômico mundial decorrente do estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos?

É inegável que a economia mundial, entre 2003 e 2007, experimentou uma dinâmica extraordinária. Situação esta proveniente, em boa parte, dos novos fluxos comerciais e financeiros que conectaram um novo eixo da dinâmica da acumulação capitalista mundial, articulando os Estados Unidos, por um lado, e as economias nacionais do sudoeste asiático, especialmente a Índia e a China, por outro. Se durante os anos dourados do capitalismo o eixo dinâmico da acumulação era formado pela tríade Estados Unidos, Alemanha e Japão, fica evidente agora que estes dois últimos países perderam o status de “locomotivas” de crescimento do sistema capitalista – basta observar os seus pífios crescimentos econômicos ao longo desse início de século XXI (ver Tabela 3) –, sendo substituídos por novas “locomotivas”, a saber: a China e a Índia, que juntas representam hoje aproximadamente 15,4% do PIB mundial.

Tabela 3: Taxas de crescimento real do PIB: 2001-2009 (em %)

| Região/país | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Mundo | 2,5 | 2,8 | 3,6 | 4,9 | 4,4 | 5,0 | 4,9 | 3,7 | 3,8 |
| Países desenvolvidos | 1,2 | 1,6 | 1,9 | 3,2 | 2,6 | 3,0 | 2,7 | 1,3 | 1,3 |
| - Alemanha | 1,2 | 0,0 | -0,3 | 1,1 | 0,8 | 2,9 | 2,5 | 1,4 | 1,0 |
| - EUA | 0,8 | 1,6 | 2,5 | 3,6 | 3,1 | 2,9 | 2,2 | 0,5 | 0,6 |
| - Japão | 0,2 | 0,3 | 1,4 | 2,7 | 1,9 | 2,4 | 2,1 | 1,4 | 1,5 |
| - Área do Euro | 1,9 | 0,9 | 0,8 | 2,1 | 1,6 | 2,8 | 2,6 | 1,4 | 1,2 |
| Países em desenvolvimento | 3,8 | 4,7 | 6,2 | 7,5 | 7,1 | 7,8 | 7,9 | 6,7 | 6,6 |
| - África | 4,9 | 6,1 | 5,3 | 6,5 | 5,7 | 5,9 | 6,5 | 6,3 | 6,4 |
| - América Latina e Caribe | 0,7 | 0,4 | 2,1 | 6,2 | 4,6 | 5,5 | 5,6 | 4,4 | 3,6 |
| - Brasil | 1,3 | 2,7 | 1,1 | 5,7 | 3,2 | 3,8 | 5,4 | 4,8 | 3,7 |
| - México | 0,0 | 0,8 | 1,4 | 4,2 | 2,8 | 4,8 | 3,3 | 2,0 | 2,3 |
| Ásia | 5,8 | 6,9 | 8,1 | 8,6 | 9,0 | 9,6 | 9,7 | 8,2 | 8,4 |
| - China | 8,3 | 9,1 | 10,0 | 10,1 | 10,4 | 11,1 | 11,4 | 9,3 | 9,5 |
| - Índia | 3,9 | 4,6 | 6,9 | 7,9 | 9,1 | 9,7 | 9,2 | 7,9 | 8,0 |

Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, 2008.

Nota: Estimativas para 2008 e projeções para 2009.

Os dois grandes países asiáticos se transformaram em “máquinas” de acumulação de riqueza (“locomotivas” de crescimento) da economia capitalista, configurando, inclusive, uma relação “virtuosa” com os Estados Unidos e com vários

¹¹ Parece que a formulação original de Marx para a lei geral da acumulação capitalista com um crescente exército industrial de reserva nunca foi tão válida (Marx, 1985, livro I, capítulo XXIII).

países periféricos. O forte dinamismo da China e da Índia pode ser observado na Tabela 3. Elas apresentaram altíssimas taxas de crescimento do PIB e, mesmo com a perspectiva de redução em 2008, as previsões são taxas crescimento da ordem de 9% e 8%.

No contexto do cenário externo favorável da economia mundial a partir de 2003, a América Latina e o Caribe cresceram 2,1% em 2003, 6,2% em 2004, 4,6% em 2005, 5,5% em 2006, e 5,6% em 2007. As condições da economia internacional foram favoráveis à região: liquidez internacional em alta, taxas de juros internacionais baixas, entrada de capital externo, crescimento dos preços e do *quantum* das *commodities*. Este cenário favorável permitiu certa folga – no que se refere aos problemas de financiamento e de restrições externas ao crescimento – para as economias da região, o que levou a esses resultados positivos em termos de taxa de crescimento.¹² A interrupção da fase ascendente do ciclo internacional em 2008 coloca, naturalmente, as economias da América Latina frente ao antigo problema das contas externas.

A pujança recente da economia mundial no período 2003-07 está se revertendo em virtude da crise imobiliária norte-americana. A explosão da “bolha especulativa” do mercado imobiliário provocou uma crise profunda dos mercados financeiros e de capitais dos EUA e dos países da Europa que tinham bancos expostos diretamente à securitização ou titularização das hipotecas de alto risco (*subprime*).

A atual crise financeira internacional teve origem no mercado imobiliário norte-americano, sobretudo, no segmento denominado de *subprime*. Com a elevação das taxas de juros básicas dos EUA, a partir de 2004, houve crescimento da inadimplência no pagamento dos empréstimos hipotecários e redução da oferta de crédito imobiliário que geraram, por sua vez, forte queda, desde julho de 2006, nos preços dos imóveis. Fator este que ampliou ainda mais a inadimplência. Com isso, os agentes financeiros ficaram sem os recursos necessários para saldar, no tempo devido, os seus passivos, provocando assim, elevada descapitalização dos grandes bancos (deterioração de seus balanços) e forte redução da liquidez interbancária, que foi se propagando de forma rápida, alcançando caráter global, em razão da extrema incerteza. A crise de liquidez estava

¹² Os resultados poderiam ser melhores se a principal economia da região, o Brasil, não fosse tão “tímido” na redução de suas taxas básicas de juros, justamente em um cenário externo favorável, com baixas taxas internacionais. Seria de se perguntar o que o Banco Central brasileiro faria quando o ciclo de liquidez dá sinais de reversão. A resposta não tardou a aparecer, uma vez que na reunião da primeira semana de junho de 2008, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou, pela segunda vez consecutiva, as taxas básicas de juros para 12,25% ao ano; teoricamente para combater a inflação, mas não se pode esquecer a volta

posta e não tardou muito para que seus efeitos fossem sentidos no lado real da economia (Carcanholo, Pinto, Filgueiras, Gonçalves, 2008). Para 2008, por exemplo, o FMI prevê desaceleração da economia mundial tendo em vista a queda da taxa de crescimento de 4,9%, em 2007 para 3,7% em 2008 (Tabela 3). Entretanto, esta desaceleração deverá ser tão mais intensa quanto maiores forem as repercussões do estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos.

A despeito dos instrumentos utilizados pelos Bancos Centrais, em especial o dos EUA (*Federal Reserve* – FED) para reverter a crise de liquidez, tais como, o fornecimento de crédito para os agentes financeiros e das recorrentes reduções das taxas de juros básicas norte-americanas, desde agosto de 2007, verificou-se que estes instrumentos monetários não têm sido capazes de frear a trajetória de evolução da crise. Vale ressaltar que a extensão, a profundidade e as conseqüências da crise ainda são elementos de difícil avaliação, haja vista a dificuldade de saber se a crise é de liquidez ou de solvência dado que as perdas dos bancos comerciais e de investimentos podem ser ainda maiores do que as estimativas recentes (Carcanholo, Pinto, Filgueiras & Gonçalves, 2008).

Se essas tentativas de reduzir o **impacto** da crise, **feitas até aqui** pelos Bancos Centrais, surtirão efeito ou não só o desenrolar conjuntural dos mercados mostrará. O fato é que as turbulências e instabilidades que agora vivemos **já** parecem **ser suficientes para** evidenciar que o ciclo de “otimismo” iniciado em 2001/2002 não existe mais. Isso significa que o cenário externo favorável já não é mais o mesmo; basta observar os efeitos da crise sobre a economia dos EUA e sobre a economia mundial (contágio global).

Quanto à principal “locomotiva” do sistema, os EUA, espera-se uma rápida e forte desaceleração do nível de atividade em 2008 e 2009 (ver Tabela 3) dado que a crise mobiliário-financeira afetou negativamente o consumo das famílias e os investimentos totais, mais especificamente os investimentos em residências. A mesma situação também é esperada na região da União Européia, haja vista a forte vinculação do mercado financeiro europeu com os papéis lastreados pelas hipotecas *subprime* dos EUA. O agravante da crise nesta região é dado pela limitada capacidade de reduzir taxas de juros e de aumentar os gastos governamentais devido à existência de pressão inflacionária. No que diz respeito às novas “locomotivas” (China e Índia), a perspectiva

dos problemas nas contas externas. Em 2008, nos quatro primeiros meses, o déficit em transações correntes da economia brasileira já atinge US\$ 14 bilhões.

é a de que ocorrerá uma menor desaceleração da atividade, no entanto, os efeitos “locomotivas” dessas duas economias ainda são relativamente pequenos para compensar a desaceleração dos EUA e da Europa. Vale destacar que o impacto da crise só passará a ser mais sentido naqueles dois países daqui para frente, já que a principal via do contágio deve ocorrer pelo lado comercial em vez do financeiro (Carcanholo, Pinto, Filgueiras & Gonçalves, 2008).

A economia latino-americana e caribenha, embora tenha se recuperado neste século, não apresentou resultados nem parecidos com aqueles que se obtinha antes dos anos 80, nem quando o cenário externo foi mais favorável. O que acontecerá quando este cenário for revertido? Quais serão os impactos da crise financeira internacional sobre a América Latina e o Caribe?

Apesar da crise financeira atual nos Estados Unidos não ter afetado de forma direta e ampla, pelo menos no curto prazo, os países da América Latina – devido à baixa exposição dos agentes financeiros da América do Sul aos títulos do mercado hipotecário *subprime* dos EUA –, a região não está imune à crise tendo em vista sua elevada vulnerabilidade estrutural. Situação esta que significa uma menor capacidade dessas economias responderem aos choques e fatores desestabilizadores externos em um marco de crescente instabilidade do sistema financeiro internacional. Na verdade, essa menor capacidade de resposta à crise é fruto da manutenção da estratégia neoliberal de desenvolvimento baseada no aprofundamento do grau de abertura externa, que expressa a opção da grande maioria das economias da região por um modelo liberal periférico. (Carcanholo, Pinto, Filgueiras & Gonçalves, 2008).

A crise financeira internacional, caso reverta fortemente o ciclo de expansão mundial - como parece cada vez mais evidente - explicitará novamente o alto grau de vulnerabilidade externa estrutural das economias latino-americanas, significando um novo aprofundamento dos problemas de financiamento e das restrições externas ao crescimento dos países da região que se refletirão na redução de suas reservas internacionais. Esta situação poderá ser causada por duas razões, a saber: a desaceleração do crescimento das exportações e a reversão da tendência de forte entrada de capitais (Carcanholo, Pinto, Filgueiras & Gonçalves, 2008).

2. Perspectivas para a integração regional: ALCA X ampliação do MERCOSUL X ALBA

Independentemente do que ocorrer no cenário externo, a teoria convencional e a ideologia neoliberal, como sempre, já têm a resposta. Se a América Latina e o Caribe desejam crescer e se desenvolver, a região deve aprofundar as reformas já implantadas e realizar as que ainda restam¹³. Nesse sentido, do ponto de vista da abertura externa, seria necessário aprofundar ainda mais o grau de abertura, isto é, de liberalização dos mercados para o comércio mundial, fundamentalmente o regional, por intermédio de um acordo de livre comércio que envolva os países do continente. É exatamente essa a proposta da ALCA.

Para além do discurso teórico-acadêmico, onde são repetidos todos aqueles argumentos pró-liberalização do comércio, o projeto da ALCA envolve diretamente os interesses geopolíticos do imperialismo estadunidense. Acordos de livre comércio na esfera plurilateral (conforme a proposta original da ALCA) ou na esfera bilateral procuram assegurar os seguintes pontos: pagamento de patentes e direitos de propriedade; ampliação dos mercados para as exportações estadunidenses de bens e serviços; facilidade na obtenção de recursos naturais com menor custo; menores restrições à atuação de filiais de empresas estadunidenses na região; e estímulo à realocização de filiais e processos de fabricação – o que ajudaria inclusive a conter possíveis pressões altistas nos salários da própria economia americana (Katz, 2006).

Em suma, trata-se de ampliar ao máximo a liberdade de movimento do capital, em suas três formas clássicas de manifestação, capital-dinheiro (autonomizado e desenvolvido na lógica do capital fictício), capital-produtivo e capital-mercadoria. Já quanto à migração da força de trabalho, as práticas do governo dos EUA se concretizam no sentido de intensificar a sua repressão¹⁴.

Para quem duvida da intencionalidade americana com esse tipo de acordo, as palavras de um insuspeito, antigo representante do *establishment* governamental

¹³ É exatamente este o sentido das propostas contidas na última, e mais recente, versão do Consenso de Washington. Para isso, consultar Kuczynski e Williamson (2004).

¹⁴ Evidentemente, os benefícios dos tratados de livre comércio não se resumem àqueles obtidos pelo capital americano e para a estratégia de dominação regional e mundial do seu governo. Haveria vantagens para o capital “nacional” no sentido de que alguns setores exportadores poderiam se beneficiar com a abertura de alguns mercados americanos e/ou de outras economias, o que lhes permitiria ganhar escala de produção e competitividade para concorrer em mercados mais mundializados. Entretanto, do ponto de vista das economias dependentes da região, esse efeito, comparado com a desestruturação de cadeias produtivas, em função da liberalização das importações, e suas conseqüências para o mercado de trabalho e perfil distributivo das economias, é certamente pequeno para justificar posicionamentos em favor dos tratados.

americano, são claras. Para ele, a ALCA procura “...garantizar a las empresas estadounidenses el control de un territorio que se extiende desde el Ártico hasta la Antártica y el libre acceso sin ninguna clase de obstáculos para nuestros productos, servicios, tecnologías y capitales por todo el hemisferio” (Colin Powell, em Borón, 2006).

Este projeto continental da ALCA pareceu agonizar depois do fiasco – sob o ponto de vista, meramente aparente, das pretensões americanas – das negociações de Mar del Plata em 2005. Esta crise da ALCA pode ser entendida em razão de divergências nos próprios marcos da negociação do acordo como também pelos questionamentos e manifestações ocorridos a partir de movimentos sociais fortemente contrários a este projeto. Entretanto, isso não significa – como muitos analistas se apressaram em dizer – a morte do “acordo” de livre comércio para a América Latina e Caribe, dentro do projeto maior de sustentação de dominação dos EUA. Ao contrário, o que parece ter ocorrido foi uma mudança na estratégia americana, justamente após o fracasso daquelas negociações. No sentido de manter o conteúdo do projeto, a estratégia estadunidense – que já vinha de antes, mas se aprofundou nos últimos anos – é a de reforçar os tratados de livre comércio já existentes (assinados com o México e o Chile), ratificar novos convênios e negociar outros acordos bilaterais (como o assinado com o Peru em 2008)¹⁵. Ou seja, trata-se de aprovar acordos bilaterais, no mesmo sentido do que está proposto para a ALCA, até como forma de reduzir a capacidade de negociação e resistência dos países e regiões que se proponham a considerar estratégias alternativas. Se algo parece ter falecido, ou pelo menos amortecido, não é o projeto econômico-político-ideológico da ALCA, mas sua estratégia de negociação. Sai de cena, ao menos neste momento, o multilateralismo e ressurge o bilateralismo.

2.1 O comércio regional e a reprimarização das exportações na América Latina

Dentro daquele cenário externo favorável para a região no início do século XXI, talvez o principal componente para a obtenção de taxas de crescimento, ao menos superiores àquelas medíocres que se obtinham na década anterior, foi o grande crescimento das exportações da região.

¹⁵ Com o resultado do referendo na Costa Rica, no ano passado, que dá aval para a conclusão do tratado bilateral entre EUA e Costa Rica, configura-se, na prática, grande parte da América Central dentro de uma área de livre-comércio, ainda que as negociações não tenham ocorrido no plano multilateral. A aproximação da Nicarágua – junto com a recente sinalização hondurenha – para a composição da ALBA é um contra-movimento a esta expansão estadunidense na sub-região.

Tabela 4: Comércio intraregional na América Latina e Caribe, 1990-2004
(em US\$ milhões)

| | 1990 | 1994 | 1997 | 2003 | 2004 |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|
| Comunidade Andina^a | | | | | |
| - exportações totais (a) | 31.751 | 33.706 | 46.609 | 54.716 | 74.140 |
| - exportações intra-andinas (b) | 1.312 | 3.752 | 5.628 | 4.900 | 7.766 |
| - (b)/(a) em % | 4,1 | 11,1 | 12,1 | 9,0 | 10,5 |
| Mercosul^b | | | | | |
| - exportações totais (c) | 46.403 | 61.890 | 82.596 | 106.674 | 134.196 |
| - exportações intra-mercosul (d) | 4.127 | 12.049 | 20.546 | 12.695 | 17.311 |
| - (d)/(c) em % | 8,9 | 19,5 | 24,9 | 11,9 | 12,9 |
| MCCA^c | | | | | |
| - exportações totais (e) | 3.907 | 5.496 | 9.275 | 11.146 | 12.467 |
| - exportações intra-MCCA (f) | 624 | 1.326 | 1.559 | 3.082 | 3.439 |
| - (f)/(e) em % | 16,0 | 24,1 | 16,8 | 27,7 | 27,6 |
| CARICOM^d | | | | | |
| - exportações totais (g) | 4.118 | 4.471 | 5.861 | 6.466 | - |
| - exportações intra-CARICOM (h) | 509 | 666 | 976 | 1.377 | - |
| - (h)/(g) em % | 12,4 | 14,9 | 16,7 | 21,3 | - |
| América Latina e Caribe^e | | | | | |
| - exportações totais (i) | 116.341 | 161.718 | 238.467 | 298.735 | 368.957 |
| - exportações intra AL e Caribe (j) | 18.727 | 36.552 | 59.731 | 60.018 | 79.548 |
| - (j)/(i) em % | 16,1 | 22,6 | 25,0 | 20,1 | 21,6 |

a- Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

b- Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai

c- Mercado Comum Centroamericano (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua).

d- Bahamas, Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Suriname, Trinidad e Tobago, Anguila, Antigua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Santa Luzia.

e- inclui as exportações não-maquilas do México.

Fonte: Ffrench-Davis (2005, p.191).

A Tabela 4 mostra que as exportações da América Latina e Caribe passaram de US\$ 161,72 bilhões em 1994 para US\$ 298,74 bilhões em 2003 e US\$ 369 bilhões em 2004. Entre 1994 e 2004 ocorreu um crescimento de 128%. Antes de apoiar a tese neoliberal – segundo a qual a liberalização das importações tende a aumentar a produtividade interna (o que, na prática, não ocorreu, como visto antes na Tabela 1) e isso eleva as exportações posteriormente – esse resultado foi obtido em razão da melhora no cenário externo (crescimento da economia mundial e elevação dos preços

das *commodities*) e também em função do crescimento do comércio dentro da própria região¹⁶.

O valor das exportações intra-região, entre 1990 e 1997, mais que triplicou, conforme dos dados da Tabela 4. Se a taxa de crescimento da região entre 1990 e 1997 foi de 22%, as exportações totais cresceram 77%, as exportações intra-região 175%, as exportações extra-região 59%, enquanto o comércio mundial cresceu, no mesmo período, 53%. Esta característica do comércio intra-região¹⁷ sofreu um retrocesso depois de 1998, até em razão dos momentos conturbados que várias de suas economias passaram, mas também em razão do grande direcionamento das exportações da região para países como a China e a Índia.

A Tabela 4 mostra como os diferentes acordos e tratados regionais se comportam em termos de suas exportações intra-acordo ou extra-acordo. Várias informações úteis podem ser daí coletadas e analisadas. A mais visível delas é justamente o crescimento da relação entre o valor das exportações intra-acordo e o total das exportações, comparando o início da década de 90 com o início do século XXI. Deve-se destacar, entretanto, que, para a região como um todo, os dados de 2003 e 2004 mostram uma redução dessa relação comparando com 1997. Justamente a partir deste ano é que várias economias latino-americanas passam por fortes turbulências e o comércio com países como a China passa a crescer.

Outro ponto a destacar é que esses acordos podem ser extremamente efêmeros, no sentido de que essa articulação entre diversas economias pode mudar de um ano para outro. Só para citar o exemplo mais explícito, em 2006 a Venezuela deixa de fazer parte da Comunidade Andina (CAN), e países como Bolívia e Equador sinalizam para uma aproximação geopolítica maior com a Venezuela. É nesse ano que se firma o Tratado de Comercio de los Pueblos (TCP), que compreende Bolívia, Venezuela e Cuba. Por outro lado, e até reafirmando o papel protagonista da Venezuela neste momento da região,

¹⁶ Sobre o caso brasileiro, em específico, vale fazer uma qualificação. A abertura e a reestruturação produtiva, nesse caso, aumentaram a produtividade da indústria e do agronegócio. O problema é que esse aumento de produtividade não redefiniu a matriz industrial-tecnológica do país e nem a natureza de sua inserção no comércio internacional. Apenas reforçou o padrão pré-existente. O aumento das exportações que ocorreu recentemente se deve, principalmente, ao ciclo mundial, mas também ao aumento de produtividade (o Brasil vem aumentando sua participação no comércio mundial, embora esteja ainda abaixo de seu recorde de 1,4% alcançado em 1984).

¹⁷ “Este modelo, en el que economías relativamente abiertas tratan de expandir sus mercados a través de una interdependencia creciente entre los mercados regionales, es conocido como de *regionalismo abierto*” (French-Davis, 2005: 185). Esta denominação de regionalismo aberto é trabalhada pela Nova Cepal dentro de um marco teórico extremamente conservador, muito próximo aos ditames da última versão do Consenso de Washington. Para mais detalhes ver Carcanholo (2006).

vive-se hoje a expectativa para saber se ela será aceita como participante do Mercosul ou não e, principalmente, de que forma isto será feito e qual sua atitude frente às demais iniciativas que ela vem sinalizando para a América Latina e Caribe nos últimos tempos¹⁸.

De uma forma ou de outra, é preciso destacar que essa ampliação das exportações latino-americanas não refletiu, como visto, o crescimento de uma produtividade regional, mas o cenário externo favorável. Além do mais, a região apresentou, depois das reformas estruturais neoliberais, uma reprimarização de suas exportações:

“las materias primas y las manufacturas de origen agropecuario acaparan actualmente las ventas de latinoamerica. Conforman el 72% de las exportaciones argentinas, el 83% de las bolivianas, el 83% de las chilenas, el 64% de las colombianas y el 78% de las venezolanas” (Katz, 2006: 29).

Tabela 5 Participação dos produtos primários no valor total das exportações da América Latina e Caribe e de países selecionados da região: 1995-2006 (%)

| | 1995-2002 | 2003-2006 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| América Latina | 44,58 | 48,40 |
| Argentina | 67,44 | 70,28 |
| Bolivia | 77,94 | 87,35 |
| Brasil | 46,03 | 48,08 |
| Chile | 84,16 | 86,48 |
| México | 17,61 | 21,55 |
| Venezuela | 86,98 | 89,80 |

Fonte: CEPAL (www.eclac.org)

O padrão das exportações da América Latina e Caribe nos anos recentes demonstra que existe sim uma tendência no sentido da crescente participação relativa de produtos primários nas exportações da região. A participação dos produtos primários no valor total das exportações da região passou de 44,58%, entre 1995 e 2002, em média, para 48,40%, entre 2003 e 2006, em média (Tabela 5). Esse processo foi acentuado em alguns países da região, tais como, a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, o México, o Uruguai e a Venezuela (ver Tabela 5).

¹⁸ A discussão sobre as alternativas e características para a integração da região, frente ao novo avanço do projeto imperial americano, é feita na próxima seção.

Tabela 6 Padrão das Exportações por tipo de produtos de países selecionados da América Latina: 1995-2006 (%)

| | | 1995-98 | 1999-2002 | 1995-2002 | 2003-2006 |
|------------------|--------------------------|---------|-----------|-----------|-----------|
| Argentina | Produtos Agrícolas | 53,47 | 47,38 | 50,36 | 48,15 |
| | Combustíveis e mineração | 12,68 | 19,36 | 16,09 | 19,75 |
| | Manufaturados | 33,34 | 31,79 | 32,55 | 29,69 |
| | Não classificados | 0,51 | 1,47 | 1,00 | 2,42 |
| | Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Brasil | Produtos Agrícolas | 33,82 | 31,15 | 32,41 | 30,43 |
| | Combustíveis e mineração | 10,70 | 12,23 | 11,51 | 16,08 |
| | Manufaturados | 53,05 | 54,03 | 53,57 | 51,22 |
| | Não classificados | 2,43 | 2,59 | 2,51 | 2,27 |
| | Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| México | Produtos Agrícolas | 7,56 | 5,62 | 6,38 | 5,89 |
| | Combustíveis e mineração | 11,39 | 9,77 | 10,41 | 15,55 |
| | Manufaturados | 80,57 | 84,38 | 82,88 | 77,99 |
| | Não classificados | 0,48 | 0,23 | 0,33 | 0,56 |
| | Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: OMC (www.wto.org)

A reprimarização das exportações da América Latina e Caribe também pode ser evidenciada pelos dados da Organização Mundial do Comércio para Argentina, Brasil e México (Tabela 6)¹⁹. Estes três países somam aproximadamente 63 % de toda exportação da região. As participações dos manufaturados nas exportações caíram de forma significativa na Argentina (de 32,55%, entre 1995 e 2002, em média, para 29,69 %, entre 2003 e 2006, em média), no Brasil (de 53,57%, entre 1995 e 2002, em média, para 51,22%, entre 2003 e 2006, em média) e no México (de 82,88%, entre 1995 e 2002, em média, para 77,99%, entre 2003 e 2006, em média) (Tabela 6). Esse processo de reprimarização é fruto, sobretudo, da expansão das exportações de combustíveis e de produtos minerais (ver Tabela 6).

A reprimarização das exportações latino-americanas em termos de vulnerabilidade externa estrutural do conjunto da região recoloca a dinâmica do capitalismo da região dentro de uma lógica muito parecida com aquela das economias primário-exportadoras, em um período anterior à industrialização, o que recoloca os

condicionantes da dependência latino-americana em um marco de aprofundamento. Ainda que isso seja válido para o contexto geral da região, é necessário diferenciar o caso de economias que apresentaram algum grau de processo de industrialização daquelas que nem chegaram a se industrializar.

No que se refere às economias que atingiram um considerável processo de industrialização, a nova forma de inserção internacional da economia deslocou o impulso primário da acumulação e do crescimento para fora do país, recolocando-se, dessa forma, em novas bases (atualizando-a), um tipo de dependência que era próprio do período primário-exportador, e que o processo de substituição de importações havia superado. Como consequência, acentuou-se a vulnerabilidade externa dessas economias. A questão crucial é que, nesses casos, a dinâmica do mercado interno passou a ser condicionada de forma fundamental, no curto prazo, à capacidade da economia exportar e obter superávits comerciais, de modo a reduzir a vulnerabilidade externa conjuntural e, assim, abrir espaço para o seu crescimento, sem ter ameaça imediata de uma crise cambial. Em síntese, a capacidade de gerar superávits comerciais passou a ser decisiva para a existência de uma dinâmica macroeconômica mais ou menos (es)instável - uma vez que a conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos é estrutural, e crescentemente, deficitária.

2.2 Ampliação do Mercosul X ALBA

Com a implementação das reformas neoliberais na América Latina, os condicionantes estruturais da dependência e da vulnerabilidade da região foram exacerbados. A exacerbação da dependência representa crescente apropriação do valor produzido na periferia por capitais que acumulam valor excedente no centro do sistema, em outras palavras, isto representa um aumento da transferência de mais-valia da periferia para o centro capitalista.

Essa transferência de mais-valia – operada no nível das relações internacionais de mercado – provocaria a redução da taxa efetiva de lucro nos países periféricos. À medida que se consubstancia a redução das taxas de acumulação de capital (de lucro), materializa-se a queda dos níveis de investimento e, conseqüentemente, do emprego, provocando a queda na demanda. Isso inviabilizaria a acumulação interna de capital nas economias dependentes se não fosse pela elevação da superexploração do trabalho na

¹⁹ De qualquer forma, deve-se diferenciar a reprimarização absoluta, como ocorre em alguns casos, da reprimarização relativa, como ocorre no Brasil. Neste, as exportações de produtos industriais de média-

região; situação esta que compensa, no plano da produção, a transferência de valor efetivada no âmbito do mercado internacional.

Assim, a superexploração é a única forma que o capitalismo dependente tem de se desenvolver (de forma capitalista), nos marcos da elevada apropriação no centro de mais-valia produzida na periferia, em virtude das reformas neoliberais embasadas em processos radicais de abertura externa, comercial e financeira²⁰.

A superexploração do trabalho - impulsionada pelo processo de “flexibilização” das relações e dos direitos trabalhistas, com uma brutal precarização do mundo do trabalho - como resposta do capitalismo dependente ao aprofundamento de seus condicionantes estruturais, produz como consequência a piora da distribuição da renda e da riqueza nessas economias, assim como a marginalidade crescente e a exclusão social em elevação. A atual situação social da América Latina e Caribe, no que diz respeito aos indicadores sociais, estrutura do mercado de trabalho e perfil distributivo, como visto anteriormente, atesta esses efeitos.

Ocorre que, mesmo com a ampliação da superexploração do trabalho, o capitalismo da região, durante o período neoliberal, não conseguiu se desenvolver, isto é, incrementar seu processo de acumulação. Fundamentalmente, isso se deveu à dialética do capital fictício. Ainda que a taxa de mais-valia nas economias dependentes tenha aumentado com as reformas neoliberais – pela via da superexploração –, uma parcela crescente desse valor produzido, além de ser transferido para o centro, foi apropriada na forma de juros e/ou de “lucros fictícios”, dentro da determinação de maior financeirização da valorização do capital, – outra característica da era neoliberal. Como o capital fictício não participa diretamente do processo produtivo de valor e, portanto, de mais-valia, a crescente apropriação desta, sob a lógica do capital fictício, significou um freio à acumulação interna de capital. Definiu-se, assim, uma espécie de acumulação *travada* de capital.

alta e alta intensidade tecnológica crescem, mas num ritmo menor do que as exportações de commodities.

²⁰ A categoria superexploração do trabalho, não fortuitamente, vem sendo alvo de críticas, muitas delas originadas da incompreensão do seu significado. Não se trata meramente de elevação da taxa de mais-valia, porque, se assim fosse, trata-se de um dos elementos da dinâmica da economia capitalista, seja ela periférica ou central, e, portanto, não poderia ser tratada como uma especificidade das economias dependentes. Ocorre que a utilização do termo se justifica justamente por uma especificidade da condição dependente. Em razão de parcela crescente da mais-valia produzida na periferia ser apropriada e acumulada nas economias centrais, os capitalismo dependentes só podem recorrer a superexploração do trabalho como forma de garantir a sua dinâmica. Esta quase inexorabilidade da superexploração do trabalho no capitalismo periférico não é característica necessária dos capitalismo centrais, ainda que essa superexploração do trabalho possa lá ocorrer também, mas por outras circunstâncias determinantes.

A lógica desse processo de acumulação – baseada na mera apropriação do excedente, com a ampliação do capital fictício – foi ampliada justamente pelas reformas neoliberais que conformaram o MLP. Assim, qualquer alternativa que se pretenda realmente uma alternativa aos determinantes estruturais desse modelo, e não apenas uma variante conjuntural do mesmo, deve partir de um princípio baseado na ruptura com essa lógica, com esse modelo.

Quais são as possíveis alternativas para transformar a dialética do desenvolvimento periférico, sob a égide neoliberal que construiu o MLP? A conjuntura política parece apontar para três alternativas: (i) criar uma acumulação “virtuosa” do capital; (ii) engendrar um projeto antineoliberal/antiimperialista, nos marcos do capitalismo; e, (iii) desenvolver uma alternativa socialista de questionamento da exploração do trabalho. Claro que a adoção, por parte de uma região ou de um país, de um desses três caminhos depende da correlação de forças das classes e frações de classes tanto dentro quanto fora do bloco no poder.

A primeira alternativa, e mais óbvia, é justamente a alteração desse perfil de apropriação da mais-valia produzida. Ao invés de uma lógica mais financeira, poder-se-ia garantir uma maior apropriação pelo capital produtivo, que poderia reinvestir/acumular esse excedente em maior produção, gerando uma acumulação “virtuosa” de capital, não travada pela lógica da apropriação fictícia. Do ponto de vista da política econômica, essa alternativa requer a redução drástica das taxas de juros, tornando-as menos atrativas do que a taxa de lucro do capital produtivo. Para que isso ocorra, entretanto, é necessário reduzir a vulnerabilidade externa das economias, no mínimo, implementando controles sérios na conta de capital.

Por mais radical que seja a ruptura com a lógica financeira, esse tipo de alternativa é “virtuosa” do ponto de vista do capital, uma vez que a superexploração do trabalho que a sustenta continuaria. Ou seja, a maior produção de mais-valia seria agora acumulada, em maior parte, internamente, mas a lógica da superexploração, que garante essa maior produção de valor, permaneceria. Do ponto de vista da classe trabalhadora, esse processo não teria nada de “virtuoso”, pois estariam mantidas a marginalidade, exclusão social, e a distribuição regressiva da renda e da riqueza. Fica evidente que está é uma alternativa que beneficia apenas o capital e sua dinâmica de acumulação dependente pautada pela superexploração. Sendo assim, essa não é uma real alternativa popular para sair da dependência, ou, ao menos, reduzir sua manifestação.

Uma segunda alternativa seria reduzir a necessidade de um alto grau de superexploração do trabalho, e isto só seria possível se os condicionantes estruturais da dependência fossem diminuídos. Em outras palavras, seria preciso reverter todo o processo de reformas neoliberais, em específico o grau de abertura externa comercial e financeira. Essa menor dependência dos mercados externos para a realização da mais-valia produzida internamente, obrigaria o capitalismo dependente a aprofundar a realização via mercado interno através da criação/ampliação do mercado interno de massas, dentro de uma espécie de capitalismo nacional baseado em mercados internos que incluíssem os setores populares. Seria obrigatória, nesta alternativa, a redução da concentração de renda e, principalmente, de riqueza. Esta alternativa possui um caráter muito mais antineoliberal do que a anterior e – em virtude das contradições políticas que explicitaria, interna e externamente – apresentar-se-ia também como antiimperialista.

Há ainda uma terceira alternativa. Ela se configura, ao invés de lutar para reduzir o grau da superexploração, no questionamento da exploração do trabalho como base da apropriação privada de riqueza, isto é, no questionamento da lógica capitalista da sociedade, apontando para uma alternativa socialista. Se as duas primeiras alternativas implicam agudo grau de reação política de classes e frações de classes, externa e internamente, beneficiados por suas lógicas de apropriação, a alternativa socialista explicita muito mais a luta de classes (*capital versus trabalho*).

Ainda que diferenciadas, as alternativas possuem uma inter-relação. As duas últimas ao questionarem a condição de dependência²¹ não são excludentes, embora sejam contrárias. Isto significa que a alternativa socialista pressupõe a antineoliberal/antiimperialista, mas não pode se confundir com esta. Isto é extremamente importante, dentre outras temáticas, para a questão da prática política, alianças e consciência de classe.

A questão fundamental é que tanto uma (a alternativa antineoliberal e/ou antiimperialista), quanto a outra (socialista), transcendem, e pressupõem, ao mesmo tempo, a questão local, regional e nacional. As lutas e confrontos políticos que elas implicam terão muito mais chance de sucesso quanto mais internacional e solidário for o combate das forças de reação, ainda que essas lutas e confrontos se efetivem, na prática, em âmbitos mais restritos de uma nação, região, localidade. Por isso é que uma verdadeira integração regional, não no sentido de integração de mercados, dentro de

²¹ Exclui-se aqui, por razões óbvias, a “alternativa” de uma acumulação “virtuosa” de capital, justamente por esta ser virtuosa apenas para o capital.

uma lógica de acumulação “virtuosa” de e para o capital, pressupõe uma maior participação popular para reduzir o grau de superexploração do trabalho e, no limite, acabar com essa lógica de exploração.

“O el sujeto de nuevo proyecto son los oprimidos o la propuesta pierde significación transformadora. Los regionalismos de corte popular y perfil capitalista son antagónicos, ya que favorecen intereses sociales completamente opuestos...para los trabajadores, campesinos, desempleados y pequeños comerciantes o productores, la unidad regional constituiría un eslabón hacia la emancipación social” (Katz, 2006: 70-71).

Isso é de extrema importância hoje em dia quando se discute se a alternativa para o projeto imperialista da ALCA é um aprofundamento e ampliação do Mercosul, uma outra forma de integração regional, ou mesmo a negação de qualquer tipo de integração regional (dentro de uma aposta de aprofundamento das relações bilaterais). Com a mudança da estratégia americana para uma forma mais bilateral de imposição de seus interesses, via tratados de livre-comércio com outros países, essa questão se tornou premente.

Do ponto de vista do Mercosul, sua disjuntiva está dada, por um lado, pelo fato de que as principais economias que o compõe parecem ter recobrado forças após o fim do ciclo depressivo na região (1999-2002), o que, para alguns, daria algum alento nas suas perspectivas. Entretanto, esse processo de recuperação dessas economias ocorreu ainda dentro do marco do MLP, com as contradições apontadas. Além disso, o Mercosul é um processo de integração comercial negociado *de cima*, isto é, a partir de determinados interesses de frações da classe dominante na região, que continuam prevalecendo no bloco de poder, ainda que os novos governos na região sejam considerados, por alguns, de esquerda. Por outro lado, os componentes do Mercosul continuam apresentando assimetrias extremadas, ilustradas, por exemplo, pelo fato de que as principais economias que o compõe passaram, de alguma forma, pelo turbilhão das crises, e pegaram carona no cenário externo favorável do início do século, enquanto, por outro lado, Uruguai e Paraguai, os dois sócios menores, são objeto dessa nova estratégia bilateral do imperialismo americano de maneira mais intensa²².

²² A eleição de Fernando Lugo, encabeçando um novo governo no Paraguai, com a promessa de implementação de uma estratégia alternativa, ainda se encontra no terreno das possibilidades de ruptura com o modelo liberal-periférico. Se, de fato, tratar-se-á de uma ruptura - e se esta logrará construir uma alternativa real - só a processualidade histórica é que responderá.

Alguns poderiam sentir-se tentados a enquadrar o Mercosul²³ em uma integração regional dentro de um projeto do tipo “acumulação virtuosa de capital”. Certamente não se trata de uma alternativa com redução da superexploração da força de trabalho; para não falar de seu completo distanciamento de uma alternativa socialista. Mas, na verdade, nem se trata da construção de uma acumulação “virtuosa” para o capital, no sentido de que contraria a lógica de exacerbação do capital fictício. O Mercosul, desde o princípio, se assenta no aprofundamento do MLP nas economias que o compõe, pois se trata de aprofundar o grau de abertura externa (comercial e monetário-financeira) e cancelar os processos de reforma do Estado, que aprofundaram tanto as já elevadas vulnerabilidades externas, como a perda na autonomia de política e estratégia econômicas de seus membros. Em outras palavras, ele está inserido dentro da estratégia neoliberal que prevalece, hegemonicamente, desde os anos 90 do século passado, e, no máximo, pode ser do interesse de algumas frações das classes dominantes locais para ampliar seus mercados, podendo até, com isso, ganhar escala e competitividade para competir em outros mercados.

Assim, o Mercosul é, ao menos nos marcos em que ele está atualmente pontuado, uma forma do capitalismo dependente aproveitar-se da superexploração do trabalho que foi incrementada na região durante o período de hegemonia neoliberal²⁴; integração esta que, do ponto de vista das economias da região, chancela e aprofunda os desequilíbrios e armadilhas macroeconômicas do MLP.

E a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA)? Também está nesse marco, ou se propõe a refutar a condição dependente? É uma alternativa socialista? Pelo que se viu até agora, Katz (2006: 65) parece ter razão quando afirma que

“el propósito primordial del ALBA es contener el expansionismo de Estados Unidos. Esta finalidad antiimperialista explica por qué el proyecto alude a una gesta liberadora y no a las características mercantiles de la integración regional. Resalta la oposición al libre comercio y a los tratados bilaterales que impulsa el gigante del norte, sin abundar en el perfil de los mercados regionales”.

²³ Uma análise crítica do Mercosul, ainda que não aponte para alternativas diretamente socialistas, pode ser encontrada em Saludjian (2004).

²⁴ Gonçalves (2003: pp.104-106) elenca dez razões para sustentar o desengajamento do Brasil com relação ao Mercosul. Várias delas podem ser estendidas para os demais membros, o que não significa, necessariamente, uma construção de eixos para um outro tipo de integração regional.

Segundo esse autor, a ALBA deve ser analisada sob três pontos de vista: como resultado do processo *bolivariano* que experimenta a Venezuela, como esboço de intercâmbio comercial cooperativo e como projeto estratégico de unificação latino-americana. Nesse sentido, a aproximação com Cuba, através dos convênios baseados no intercâmbio solidário de petróleo por prestação de serviços básicos em educação e saúde, para além do significado político antiimperialista, procura criar uma desconexão entre o preço dos bens/serviços intercambiados e sua determinação mercantil, seja nacional e/ou internacional. As trocas estariam assim baseadas em um princípio de “vantagens cooperativas”, em função do país, da sociedade, e não em “vantagens comparativas”, em função da economia mercantil-capitalista.

Essa ampliação de um projeto de integração que quebre a lógica mercantil é fundamental para a construção de uma real alternativa a ALCA. Trata-se de uma garantia de que o projeto é, ou se tornará, socialista? Para onde, dentro do espectro de diferentes alternativas, vai a ALBA?

As respostas a essas questões dependem do rumo que tomarem a atual experiência bolivariana na Venezuela; do ressurgimento das forças e dos movimentos sociais populares da região, contra a hegemonia neoliberal e imperialista; dos novos governos de matiz de centro-esquerda na região; e das novas estratégias de ofensiva/reação da economia norte-americana.

O que se pode dizer, por enquanto, é que a ALBA constitui uma proposta claramente antiimperialista, dentro de um nacionalismo progressista, que está procurando levantar a questão de uma aliança internacional dentro da região para fortalecer essa alternativa e que, ao menos, propõe explicitamente o que está chamando de socialismo do século XXI como meta. O sucesso dessa proposta e a cara que terá esse socialismo do século XXI dependerá, afortunadamente, daquilo que o sujeito desse novo projeto, os povos oprimidos da região, se propuserem e conseguirem realizar.

BIBLIOGRAFIA

- BAER, W. e MALONEY, W. (1997) “Neoliberalismo e Distribuição de Renda na América Latina”, *Revista de Economia Política*, vol. 17, nº3 (67), julho/setembro: 39-62.
- BORÓN, A. (2006) “La Mentira como Principio de Política Exterior de Estados Unidos hacia América Latina”, *Foreign Affairs*, Janeiro-março.

- CARCANHOLO, M. & PINTO, E. & FILGUEIRAS, L. & GONÇALVES, R. (2008) Crise financeira internacional: Natureza e impacto. In: WANSETT, R. & FURTADO, F (orgs) *Caderno de Estudo sobre a Dívida Nº 2*. São Paulo: Editora Expressão (no prelo).
- CARCANHOLO, M.D. (2006) “Neoconservadorismo com Roupage Alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington”, *XI Encontro Nacional de Economia Política*, Sociedade Brasileira de Economia Política, Vitória.
- FFRENCH-DAVIS, R. (2005) *Reformas para América Latina: después del fundamentalismo neoliberal*. CEPAL, Siglo XXI Editores, Buenos Aires.
- FMI (2008) *World Economic Outlook: Housing and the Business Cycle*. Washington, DC: International Monetary Fund, abril.
- GONÇALVES, R. (2003) *A Herança e a Ruptura: cem anos de histórica econômica e propostas para mudar o Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond.
- GONÇALVES, R. & CARCANHOLO, M. & FILGUEIRAS, L. & PINTO, E. (2008) “Vulnerabilidade Externa Estrutural da América Latina”. Texto originalmente preparado para a reunião do *Grupo de Trabalho CLACSO "Setores Dominantes na América Latina"*, 2-3 de abril 2008.
- KATZ, C. (2006) *El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA*. Ediciones Luxemburg, Buenos Aires.
- KUCZYNSKI, P.P. e WILLIAMSON, J. (2004) *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. Ed. Saraiva, São Paulo.
- MARINI, R. (2000) Dialética da dependência. In: SADER, E. (org). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Marini*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes/Buenos Aires: CLACSO.
- MARTINS, C. E. (1999) “Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência”. *IV Encontro Nacional de Economia Política*, Porto Alegre-RS, Anais.
- MARX, K. (1985) *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes, Abril Cultural, São Paulo.
- SALUDJIAN, A. (2004) *Hacia Otra Integración Sudamericana: críticas al Mercosur Neoliberal*. Libros del Zorzal, Buenos Aires.